ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DA AGÊNCIA PEIXE VIVO

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO - ATO CONVOCATÓRIO Nº 037/2022

AGÊNCIA PEIXE VIVO
RECEBEMOS
Data: 24/3/23
Hora: 14:39
Peterson

A **COBRAPE – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS**, doravante denominada somente de Recorrente ou COBRAPE - pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Conj. 71 a 73; 91 a 95; 101 a 104, Pinheiros, São Paulo - SP – CEP 05416-000 – Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.645.219/0001-28, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCESP sob o NIRE nº 35300118995, já devidamente qualificada nos autos deste processo administrativo, por seu representante legal infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no item 10 do Edital c/c Art. 109 da Lei 8.666/93, interpor o presente:

RECURSO ADMINISTRATIVO

com pedido de efeito suspensivo

com a finalidade de questionar a decisão que prejudicou a Nota Técnica do RECORRENTE por meio da subtração de 2,0 (dois) pontos da Qualificação Técnica da Especialista em Mobilização Social.

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

I. DA SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de procedimento licitatório para Seleção de Propostas na modalidade COLETA DE PREÇOS, do tipo TÉCNICA E PREÇO, promovido pela AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA PEIXE VIVO - AGÊNCIA PEIXE VIVO, objetivando a *CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA SUPERFICIAIS E PROPOSTA CONCEITUAL PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE MONITORAMENTO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS (SF 5) E BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS JEQUITAÍ-PACUÍ (SF 6).*

Estando, assim, o objeto deste certame diretamente relacionado ao escopo de atuação deste Recorrente, que possui notória experiência técnica na área de expertise exigida, formulou-se proposta objetivando a adjudicação do futuro contrato.

A sessão de entrega dos documentos de habilitação, proposta técnica e proposta comercial foi marcada para o dia 14/12/2022, e assim aconteceu normalmente a entrega dos envelopes e a sessão de abertura dos invólucros relativos aos Documentos de Habilitação de 7 (sete) Empresas concorrentes. Após análise e habilitação de todos os Concorrentes, deram prosseguimento ao Certame e foi iniciada sua Segunda Fase, com a abertura dos envelopes nº 2 – Proposta Técnica. Após este momento, a sessão pública foi suspensa para avaliação interna das Propostas Técnicas pela Comissão de Avaliação e Julgamento, a ser nomeada.

No dia 13/03/2023, reuniu-se a Comissão Técnica de Julgamento para avaliar as Propostas Técnicas apresentadas pelas empresas HIDROBR Consultoria Ltda, COBRAPE Cia Brasileira de Projetos e Empreendimentos, PROFILL Engenharia e Ambiente S.A., ÁGUA E SOLO Estudos e Projetos LTDA, RHA Engenharia e Consultoria SS LTDA, ENGECORPS Engenharia S.A., ECOPLAN Engenharia LTDA.

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

Porém, a ATA com o resultado da Avaliação Técnica só foi disponibilizada a partir do dia 22/03/2023, quando os Concorrentes puderam tomar conhecimento de suas respectivas Notas Técnicas, conforme a tabela a seguir:

ATO CONVOCATÓRIO Nº 037/2022 - "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA SUPERFICIAIS E PROPOSTA CONCEITUAL PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE MONITORAMENTO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS (SF 8) E BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS JEQUITAÍ-PACUÍ (SF 6)"

Contrato de Gestão Nº 030 ANA/2020
Avaliação do envelope Nº 02 - Proposta Técnica

	Critérios de Avaliação	Mínimo de pontos para habilitar	Pontos Máximos	Água e Solo	Cobrape	Ecoplan	Engecorps	HidroBR	Profill	RHA
	Formulário 1 - Plano de Trabalho **Atendeu 03 (três) subcritérios: 08 pontos** **Atendeu 02 (dois) subcritérios: 04 pontos** **Atendeu 01 (um) subcritério: 02 pontos** **Não atendeu nenhum subcritério: 00 pontos** (máximo de 20 (vinte) páginas)	2	8	8	6	6	8	6	4	4
I	**Formulário 2 - Conhecimento do problema** **Atendeu satisfatoriamente 04 (quatro) subcritérios: 08 pontos** **Atendeu satisfatoriamente 03 (três) subcritérios: 06 pontos** **Atendeu satisfatoriamente 02 (dois) subcritérios: 04 pontos** **Atendeu satisfatoriamente 01 (um) subcritério: 02 pontos** **Não atendeu nenhum subcritério: 00 pontos** (máximo de 10 (dez) páginas)	4	8	8	8	8	8	8	8	8
	Formulário 3 - Metodologia Aplicável **Atendeu satisfatoriamente 03 (três) subcritérios: 06 pontos** **Atendeu satisfatoriamente 02 (dois) subcritérios: 04 pontos** **Atendeu satisfatoriamente 01 (um) subcritério: 02 pontos** **Não atendeu nenhum subcritério: 00 pontos** (máximo de 10 (dez) páginas)	2	6	6	6	6	5,4	6	6	6
	Plano de Trabalho e Metodologia proposta; e Conhecimento do Problema	8	20	20	20	20	19,4	20	18	18
1	**Coordenador Geral:** Profissional de nível superior com comprovada experiência em coordenação ou cargos de gerência na área de gestão de recursos hídricos e coordenação ou elaboração de estudos de enquadramento de corpos hídricos. 3 (três) pontos para cada atestado técnico - pontuando no máximo 12 (doze) pontos. A pontuação mínima é de 6 (seis) pontos.	6	12	12	12	12	12	12	12	12
2	**Hidrólogo**: Profissional de nível superior na área de Engenharia com comprovada experiência em estudos e/ou projetos na área de modelagem hidrológica. 2,5 (dois e meio) pontos para cada atestado técnico - pontuando no máximo 10 (dez) pontos. A pontuação mínima é de 5 (cinco) pontos.	5	10	10	10	10	10	10	10	10
3	**Hidrogeologo:** Profissional de nível superior na área de Engenharia ou Geologia ou similar, com comprovada experiência em estudos e/ou projetos de hidrogeologia, e/ou hidrogeoquímica, e/ou águas subterrâneas. 2,5 (dois e meio) pontos para cada atestado técnico - pontuando no máximo 10 (dez) pontos. A pontuação mínima é de 5 (cinco) pontos.	5	10	10	10	10	10	10	10	10
4	**Especialista em Recursos Hídricos:** Profissional de nível superior na área de Engenharia ou similar com comprovada experiência em gestão de recursos hídricos e/ou estudos de qualidade de água, e/ou monitoramento de corpos hídricos. 2,5 (dois e meio) pontos para cada atestado técnico - pontuando no máximo 10 (dez) pontos. A pontuação mínima é de 5 (cinco) pontos.	5	10	10	10	10	10	10	10	10
5	**Especialista em Geoprocessamento:** Profissional de nível superior com comprovada experiência em geoprocessamento, e/ou interpretação de imagens de satélite e/ou análise e modelagem de bancos de dados geográficos e/ou concepção, construção e/ou implantação de sistemas SIG. 2,5 (dois e meio) pontos para cada atestado técnico - pontuando no máximo 10 (dez) pontos. A pontuação mínima é de 5 (cinco) pontos.	5	10	10	10	10	10	10	10	10
6	**Especialista em Saneamento Ambiental:** Profissional de nível superior com comprovada experiência em estudos e/ou projetos de saneamento ambiental (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, resíduos sólidos, emissões atmosféricas, controle de vetores de doenças e controle ambiental do uso do solo). 2,5 (dois e meio) pontos para cada atestado técnico - pontuando no máximo 10 (dez) pontos. A pontuação mínima é de 5 (cinco) pontos.	5	10	10	10	10	10	10	10	10
7	**Especialista em Estudos Socioeconômicos** Profissional de nível superior com comprovada experiência em estudos e/ou projetos na área de socioeconomia que tenham em vista o desenvolvimento regional. 2,5 (dois e meio) pontos para cada atestado técnico - pontuando no máximo 10 (dez) pontos. A pontuação mínima é de 5 (cinco) pontos.	5	10	10	10	10	10	7,5	10	10
8	**Especialista em Mobilização Social:** Profissional de nível superior com comprovada experiência em trabalhos de mobilização social e/ou comunicação social na área de recursos hídricos. 2 (dois) pontos para cada atestado técnico - pontuado no máximo 8 (oito) pontos. A pontuação mínima é de 4 (quatro) pontos.	4	8	8	6	8	8	8	8	8
II	**Qualificação da Equipe Chave** **Formulário 2 - Composição da Equipe e Atribuição de Tarefas** **Formulário 3 - Currículo de Equipe Chave Proposta** **Formulário 4 - Atestados de capacidade técnica**	40	80	80	78	80	80	77,5	80	80
	Nota Técnica	48	100	100	98	100	99,4	97,5	98	98

Para surpresa deste RECORRENTE, foi registrado na ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA DE JULGAMENTO a seguinte decisão que subtraiu 2,0 (dois) pontos da Qualificação Técnica da Especialista em Mobilização Social:

> *"4) Para os Formulário 4 (Atestados de capacidade técnica) a concorrente COBRAPE CIA BRASILEIRA DE PROJETOS E*

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63 Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

EMPREENDIMENTOS apresentou as comprovações mínimas de experiência para o cargo de Especialista em Mobilização Social", apresentando 03 (três) atestados válidos, nos demais atestados apresentados não foi possível identificar a descrição de atividades do profissional, sendo, portanto, desconsiderados". (grifo nosso).

Por meio da planilha *Análise Técnica Ato 037 2022 – COBRAPE.xlsx*, compartilhada pela d. Comissão, mais precisamente na aba "*Mobilização Social*", foram identificados os atestados desconsiderados na Avaliação Técnica da RECORRENTE, onde, segundo a ATA supracitada "*não foi possível identificar a descrição de atividades do profissional*".

ANÁLISE CURRICULAR DO PROFISSIONAL - Rosana Piccirilli de Araujo	

ESCOLARIDADE	Página
Graduação: Serviço Social	1552

ANÁLISE CURRICULAR DO PROFISSIONAL		
		Página
1) Formação na área solicitada:	Sim	1552
2) Currículo assinado pelo profissional:	Sim	1543
3) Registro Regular e Ativo:	Sim	1554
5) Comprovante de vínculo com a concorrente:	Sim	1551

FORMAÇÃO PROFISSIONAL				
EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO PROFISSIONAL		Pontuação Mínima	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida
8	Especialista em Mobilização Social: Profissional de nível superior com comprovada experiência em trabalhos de mobilização social e/ou comunicação social na área de recursos hídricos	4	8	6

ATESTADOS VÁLIDOS		
Página	Emitente	Discriminação do serviço
1972	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Especialista em comunicação, mobilização social e educação sanitária e ambiental
1990	Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria Municipal de Habitação	Coordenação setorial em trabalho social; pós-ocupação; desenvolvimento socioeconômico; acompanhamento e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; mobilização, organização e fortalecimento social.
2030	Diagonal Empreendimentos e Gestão de Negócios Ltda.	Coordenação setorial para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de consultoria, gerenciamento e execução de trabalho social, bens e serviços, em apoio às atividades da PMSP, nos trabalhos emergenciais decorrentes dos alagamentos em diversas áreas integrantes do projeto Várzeas do Tietê.

ATESTADOS DESCONSIDERADOS			
Página	**Emitente**	**Discriminação do serviço**	**Motivo(s)**
2008	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Não Consta	Atestado não apresenta descrição das atividades do profissional
2020	Secretaria de Administração e Inovação	Não Consta	Atestado não apresenta descrição das atividades do profissional

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63 Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

Contudo, diferentemente do que foi registrado, os referidos Atestados de Capacidade Técnica – anexos ao presente RECURSO ADMINISTRATIVO – contém o detalhamento das atividades profissionais exercidas pela Especialista em Mobilização Social, destacados com caneta "lumicolor", inclusive, como orientou o referido Ato Convocatório por meio das *INSTRUÇÕES GERAIS DE MONTAGEM DAS PROPOSTAS*.

Além dos Atestados, outros documentos exigidos pelo Ato Convocatório – tais como o Currículo do Profissional e seus Comprovantes de Escolaridade – também servem para facilitar a leitura e a avaliação técnica do Profissional em análise, caso contrário, a exigência de tais documentos não faria sentido, uma vez que não há critério de pontuação para classificá-los.

É o que se comprova a seguir.

II. DAS RAZÕES QUE FUNDAMENTAM A REFORMA DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E A CORREÇÃO DA NOTA TÉCNICA DA RECORRENTE

Como mencionado anteriormente, o presente Recurso Administrativo está sendo interposto com o objetivo de reformar a decisão da d. Comissão, que subtraiu 2,0 (dois) pontos da qualificação técnica da Especialista em Mobilização Social apresentada pelo RECORRENTE, prejudicando sua Nota Técnica.

II.1 – Quanto à descrição das atividades do Profissional nos atestados desconsiderados para fins de avaliação/pontuação

Na atividade de Avaliação Técnica da experiência profissional, é preciso levar em consideração que os Atestados de Capacidade Técnica são redigidos pelo Contratante, de forma diversa, sem qualquer padronização ou norma que define tal redação. Portanto, é comum que alguns termos ou dizeres não estejam exatamente iguais às exigências definidas para comprovação da experiência profissional, entretanto, isto não justifica o descarte de uma experiência. É preciso compreender o escopo realizado e a função do Profissional naquele serviço.

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950
Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

Sendo assim, vimos reapresentar as comprovações de que a Assistente Social ROSANA PICCIRILLI DE ARAÚJO atende às exigências editalícias definidas para a função de Especialista em Mobilização Social, determinadas no item 8.2 do Ato Convocatório, quais sejam:

> *"Especialista em Mobilização Social: profissional com formação superior com comprovada experiência em trabalhos de mobilização social e/ou comunicação social na área de recursos hídricos".* (grifo nosso).

II.1.1. Em relação ao Atestado emitido pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, citado no *quadro ATESTADOS DESCONSIDERADOS* (pela Comissão Técnica de Julgamento):

ATESTADOS DESCONSIDERADOS			
Página	**Emitente**	**Discriminação do serviço**	**Motivo(s)**
2008	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Não Consta	Atestado não apresenta descrição das atividades do profissional

As atividades pertinentes à Profissional estão bem definidas, como pode ser comprovado no trecho extraído do documento:

	Sistemas		Banco de Dados
Gabriela Gonçalves	Assistente Social	CRESS 39049	Comunicação Social e Processos Participativos
Maria de Fátima Souza	Assistente Social	CRESS 17219	Comunicação Social e Processos Participativos
Rosana Picirilli de Araujo	Assistente Social	CRESS 17088	Comunicação Social e Processos Participativos

Declaramos, por fim, que os compromissos assumidos contratualmente foram cumpridos satisfatoriamente e em conformidade com especificações contidas nos Termos de Referência do processo licitatório.

São Paulo, 25 de julho de 2019.

VALTER ANTONIO DA ROCHA
Chefe de Gabinete

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63 Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

A Assistente Social ROSANA PICCIRILLI DE ARAÚJO atuou nas ações de Comunicação Social – o que já é suficiente para atender à exigência editalícia – e ainda atuou nos Processos Participativos, onde as ações de Mobilização Social são fundamentais para que a participação popular aconteça. Sem mobilização, não ocorre participação.

1. OBJETO DO TRABALHO

O objeto do trabalho constituiu na elaboração, revisão e atualização dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental – PDPAs das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRMs da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

A área de abrangência compreendeu as bacias hidrográficas das Áreas de Preservação e Recuperação de Mananciais (APRMs) Guarapiranga, Billings, Juquery e Alto Tietê Cabeceiras, dos reservatórios Cabuçu e Tanque Grande, além das bacias hidrográficas dos rios Cotia e Guaió, todos estes pertencentes à Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Alto Tietê (UGRHI 06); os Mananciais Itapanhaú, Itatinga e Capivari-Monos, da UGRHI Baixada Santista (UGRHI 07); a bacia do Reservatório Jaguari, na UGHRI Paraíba do Sul (UGRHI 02), interligado ao Sistema Cantareira; e o manancial Alto Juquiá, com captação no reservatório Cachoeira do França, na UGRHI Ribeira de Iguape e Litoral Sul (UGRHI 11). Somam-se 11 mananciais, com território total de 11.304,74 km², que resultaram na elaboração de 10 Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental. A área de abrangência do estudo foi de 5.432,82 km², envolvendo territórios de 35 municípios e uma população residente de 2.564.988 habitantes, conforme projeção para 2015, em 4 Unidades de Gestão de Recursos Hídricos. A delimitação dessa área teve como base:

Neste trecho extraído do mesmo Atestado, o objeto do trabalho e a localização dos estudos – Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais, em importantes Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo – comprovam que se tratou de um serviço na área de recursos hídricos.

possam reproduzir os dados em escala municipal e facilitar o processo de compatibilização e revisão de estudos municipais.

3.8. Reuniões e Apresentações Públicas

As reuniões foram realizadas em 3 níveis: (i) reuniões com gestores; (ii) apresentações públicas; (iii) audiências e reuniões com gestores. As reuniões com os gestores tinham como objetivo o alinhamento das estratégias, prioridades e agendas entre as partes interessadas. As apresentações públicas consistiram na apresentação dos trabalhos, seguida pela participação ativa da sociedade no sentido de contribuição á elaboração dos PDPAs. As audiências contaram com apresentações parciais ou completas dos trabalhos realizados para governos locais e gestores, realizando coletas de dados e informações para a complementação e aperfeiçoamento dos relatórios. No decorrer do contrato foram realizadas mais de 200 reuniões, sendo 49 apresentações públicas para a apresentação dos PDPAs.

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

No item 3.8 do Atestado, foram destacadas as atividades que dependeram diretamente dos serviços de mobilização e comunicação social, executadas pelos Assistentes Sociais da Equipe, quais foram: (i) reuniões com gestores; (ii) apresentações públicas; (iii) audiências e reuniões com gestores. Destaca-se que nenhum destes eventos seria possível sem a execução das estratégias de comunicação e sem a mobilização dos *stakeholders* específicos de cada nível de reunião.

II.1.2. Em relação ao Atestado emitido pela Secretaria de Administração e Inovação da Prefeitura do Munícipio de São Bernardo do Campo, citado no quadro *ATESTADOS DESCONSIDERADOS* (pela Comissão Técnica de Julgamento):

ATESTADOS DESCONSIDERADOS			
Página	**Emitente**	**Discriminação do serviço**	**Motivo(s)**
2020	Secretaria de Administração e Inovação	Não Consta	Atestado não apresenta descrição das atividades do profissional

A função da Profissional neste contrato está bem definida, como pode ser comprovado no trecho extraído do documento:

				Planejamento
Rosana Piccirilli de Araujo	Consultora Especializada	Assistente Social	CRESS nº 17.088	Consultoria em Trabalho Social

Informamos que os serviços executados obedecem às Normas Técnicas, e a contento, dentro dos prazos estipulados em contrato com suficiência de mão de obra, materiais e equipamentos.

Esta Certidão tem prazo de validade indeterminado.-

Nada mais certifica.-.

São Bernardo do Campo, em 18 de dezembro de 2018.-

JOSÉ LUIZ BARBOSA DE BARROS
Diretor do Departamento de Licitações e Materiais

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

A Assistente Social ROSANA PICCIRILLI DE ARAÚJO prestou consultoria a todos os subprojetos do Trabalho Social, discriminados nos trechos extraídos do Atestado: (i) Mobilização, Participação e Organização Comunitária; (ii) Apoio às Obras, Execução dos Reassentamentos e da Regularização Fundiária; (iii) Educação Sanitária e Ambiental; (iv) Geração de Emprego e Renda e Ações de Inclusão Social; e (v) Acompanhamento Social do Empreendimento e Avaliação de Pós-Obras. Tais atividades atendem à exigência editalícia:

5. Subprojetos do Trabalho Social

Especificamente para esse contrato, o Plano de Trabalho Técnico Social foi estruturado em subprojetos, objetivando organizar a atuação com as famílias e seus territórios, sendo eles:

5.1. **Mobilização, Participação e Organização Comunitária:** Nesta etapa, foram realizadas reuniões técnicas para o planejamento das ações; organização e readequação de instrumentais; mapeamento de lideranças e de recursos da comunidade; implantação, divulgação e manutenção do plantão social; estabelecimento de parcerias; atualização cadastral dos domicílios em frente de obras; apresentação das diretrizes básicas de deslocamento involuntário e reassentamento das famílias junto às lideranças e comissão de representantes; além de ações de fortalecimento da instância de gestão participativa.

[1] Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

4

5.2. **Apoio às Obras, Execução dos Reassentamentos e da Regularização Fundiária:** Nessa etapa, foram realizadas atividades com as famílias com

5

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

periodicidade contínua até o final das intervenções, sempre voltadas à orientação, organização e encaminhamentos necessários. Faz parte deste subprojeto, a realização das reuniões com a população para apresentação do plano de obras e do cronograma das ações; instrumentalização das famílias na fase obras; o planejamento e acompanhamento das atividades voltadas para ao deslocamento involuntário das famílias, ações voltadas à convivência com obras junto às famílias que permaneceram nas áreas; o acompanhamento das famílias no Programa Renda-Abrigo[2]; estudos de casos e análise de demandas especiais, incluindo idosos e de pessoas com deficiência; instalação, divulgação e atendimento individualizado por meio de Plantões Sociais; reuniões preparatórias (anterior à mudança) junto às famílias que receberam o atendimento habitacional definitivo, com conjunto de temas: estruturação do grupo de vizinhança, escolha das unidades habitacionais, escolha de nomes de ruas implantadas pela intervenção, eleição do corpo diretivo condominial provisório, reunião com as concessionárias de água e esgoto, energia elétrica e de gás encanado, esclarecimentos básicos sobre regularização fundiária, divulgação e capacitação de regras de convivência, manutenção das áreas comuns e reuniões preparatórias para viabilizar a mudança e posterior ocupação das famílias nas unidades habitacionais, além de acompanhamento em todo o processo de mudanças. A contratada também realizou ações de apoio ao monitoramento das áreas em fase de obras.

5.3. **Educação Sanitária e Ambiental:** Consistiu na realização de ações educativas nas dimensões ambiental, sanitária e patrimonial, com o objetivo de provocar na comunidade assistida a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente e ao patrimônio, mediante o estímulo da percepção crítica sobre situações que implicam na qualidade de vida das famílias, visando reforçar o sentido de pertencimento e de corresponsabilidade da população para a

[2] Lei municipal nº 5617, de 30 de novembro de 2006, de 30 de novembro de 2006, institui o Programa Renda-Abrigo para possibilitar, em caráter emergencial e transitório, habitação a moradores de baixa renda do município, mediante a concessão de benefício pecuniário para locação de imóvel residencial, e dá outras providências.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

sustentabilidade ambiental e social da intervenção. As principais atividades realizadas pela contratada foram: o apoio técnico as demandas da comunidade e instituições locais; a promoção de oficinas com conteúdo especifico sobre descarte de lixo, temas voltados a crianças com destaque para o uso e conservação dos espaços comuns dos condomínios, oficinas de jardinagem e arborização com plantio de mudas pelos moradores e mutirão de limpeza nas áreas condominiais.

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63 Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

5.4. **Geração de Emprego e Renda e Ações de Inclusão Social:** Esse grupo de ações foram realizadas visando o desenvolvimento socioeconômico das famílias, com vistas à inclusão produtiva e melhoria de sua qualidade de vida. Foram realizadas atividades de fomento à participação e de incentivo à qualificação profissional das famílias para o mercado de trabalho, além de articulação de parcerias com diferentes instituições de formação profissional e de inclusão social. Também foram desenvolvidas de ações em parcerias com Secretarias, instituições e organizações sociais para realização de capacitações com temáticas específicas às famílias beneficiadas com unidades comerciais que foram implantadas com os recursos do projeto, além do estímulo à formação e fortalecimento de cooperativas, associações, grupos produtivos, entre outros.

5.5. **Acompanhamento Social do Empreendimento e Avaliação de Pós-Obras:** Foram realizadas ações com foco no desenvolvimento de conteúdo exclusivo para fomentar na população o sentimento de pertença junto as melhorias implantadas durante o processo de urbanização e implantação de provisão habitacional, visando a consolidação das formas de organização comunitária e autônoma dos moradores direta ou indiretamente beneficiados pela criação de novos espaços fechados (condomínios de apartamentos), quanto de espaços públicos, tais como parques, equipamentos de saúde, educação, socioassistenciais, entre outros. Essa fase se subdivide em três momentos interdependentes, sendo:

Destaca-se que o Programa atendido pelo Trabalho Social contratado, teve por objetivo principal promover a recuperação das áreas de mananciais ocupadas, comprovando que se tratou de um serviço na área de recursos hídricos.

2. **Síntese do Programa Atendido**

2.1. O Programa compreende, no Município de São Bernardo do Campo, a contratação de projetos e obras de Urbanização e Saneamento Integrado da Região do Grande Alvarenga e tem como objetivo principal promover a recuperação das áreas de mananciais ocupadas, assegurando à população de baixa renda o direito à moradia adequada.

2.2. No âmbito do Trabalho Técnico Social, nas áreas atendidas pelo projeto citado, totalizam-se **2.724** (duas mil, setecentos e vinte e quatro) famílias atendidas, sendo que **1.236** (mil e duzentas e trinta e seis) famílias foram reassentadas no Conjunto Habitacional Três Marias, que foi implantado no bairro Cooperativa. Das restantes, **610** (seiscentas e dez) famílias, permaneceram na própria área, residindo em domicílios consolidados, por meio de intervenções de infraestrutura e processo de regularização fundiária e as outras **878** famílias foram reassentadas

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

II.2 – Quanto às exigências previstas no item 8.3.2.1 do Edital:

Neste sentido, a COBRAPE atendeu completamente a exigência supracitada, por meio da apresentação de todos os documentos exigidos para fins de pontuação da Equipe Chave, a saber:

a) Currículo do Profissional indicado – Membro da Equipe Chave Proposta, conforme: Formulário 5 - Modelo de Currículo da Equipe Chave Proposta.
b) Comprovante (s) de vínculo com a concorrente.
c) Comprovante (s) de Escolaridade.
d) Registro Regular e Ativo de acordo com a legislação específica de cada categoria profissional.
e) Atestados de Capacidade Técnica, conforme instruções no Formulário 5 – Atestados de capacidade técnica.

Apesar da ampla documentação exigida, apenas os Atestados de Capacidade Técnica estão sujeitos à pontuação, como esclarece o item 8.3.3 do Ato Convocatório:

> *"8.3.3 - A pontuação da Equipe Chave se dará pelos Atestados apresentados".*

Subentende-se que os demais documentos não têm outra função no Certame, senão servir de instrumento técnico para facilitar a análise e a correta avaliação do Profissional da Equipe-Chave, por parte da d. Comissão Técnica de Julgamento.

Sendo assim, vimos destacar que a Assistente Social ROSANA PICCIRILLI DE ARAÚJO concluiu o Curso de Serviço Social em 1985, como prova o Diploma de Graduação apresentado na Proposta Técnica. Trata-se de uma Profissional Sênior, com 38 anos de experiência profissional.

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

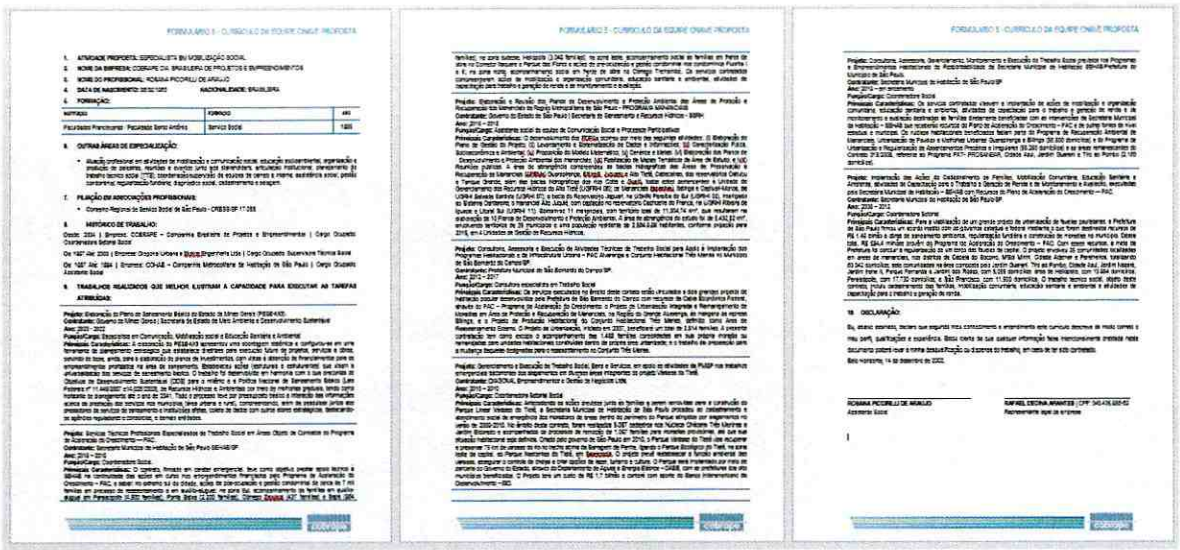
Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

FACULDADES FRANCISCANAS
Faculdades Integradas Santo Antônio
FISA

O Diretor Geral das Faculdades Franciscanas, no uso de suas atribuições e tendo presentes a conclusão do Curso de Serviço Social em 13 de fevereiro de 1985 e o título de
ASSISTENTE SOCIAL
conferido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a
ROSANA PICCIRILLI
brasileira, natural do Estado de São Paulo, nascida a 0[illegible] de fevereiro de 1960,
RG 12.502.414 - SP
manda outorgar-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
São Paulo, 13 de fevereiro de 1985

Valmor Bolan
Diretor
Diplomado
Frei Constâncio Nogara
Diretor Geral
Antonio Carbonari Netto
Secretário Geral

Destaca-se, ainda, que no Currículo Profissional da Assistente Social ROSANA PICCIRILLI DE ARAÚJO – apresentado na Proposta Técnica (limitado a 3 páginas) – constam as descrições pormenorizadas de 7 (sete) trabalhos realizados, que ilustram a capacidade da Profissional para executar as tarefas atribuídas. Destes, 5 (cinco) trabalhos dizem respeito aos Atestados Técnicos apresentados. Portanto, as dúvidas que ainda restam em relação à qualificação técnica da Profissional podem ser sanadas pela avaliação/análise do documento exigido.



Por fim, vimos ressaltar que, antes do descarte da Documentação apresentada pelo RECORRENTE em qualquer fase do Certame, por motivo de dúvida

ou dificuldade em realizar a leitura do documento, há sempre a possibilidade de sanar possíveis dúvidas por meio de Diligência, como previsto no Ato Convocatório:

> *"8 – DA PROPOSTA TÉCNICA 8.3.7 - A Agência Peixe Vivo se resguarda o direito de efetuar diligências com o objetivo de averiguar e comprovar a inexistência de óbice quanto ao anteriormente descrito".* (grifo nosso)
>
> *"19 – DAS INSTRUÇÕES GERAIS 19.3 - A Comissão de Seleção e Julgamento, por seu exclusivo critério, poderá a qualquer momento, com ou sem a interrupção da sessão de julgamento, promover diligência, cuja ocorrência e fundamentação será registrada em Ata correspondente, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo de seleção correspondente a este Ato Convocatório, cujo não atendimento implicará, em qualquer fase, na inabilitação do participante".* (grifo nosso)

Diante do exposto, observa-se, que **a profissional** apresentada para ocupar a função de Especialista em Mobilização Social **possui a devida experiência comprovada em mais de 4 (quatro) trabalhos** de "*mobilização social e/ou comunicação social na área de recursos hídricos*" **e, portando, deve receber a pontuação máxima para o quesito**.

III – DA CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS FINAIS

Considerando que houve um equívoco por parte dessa douta Comissão de Julgamento ao subtrair 2,0 (dois) pontos da qualificação técnica da Especialista em Mobilização Social, o RECORRENTE;

REQUER-SE O CONHECIMENTO E PROVIMENTO do presente recurso, com atribuição de *efeito suspensivo* (conforme determinação do § 2º do art. 109 da Lei nº. 8.666/93), para que:

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

1. Seja reformado o julgamento feito pela douta Comissão Técnica – que ocasionou na redução indevida da Nota Técnica da empresa COBRAPE CIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS – creditando-lhe os 2,0 (dois) pontos subtraídos da Qualificação Técnica da Especialista em Mobilização Social, nos moldes e contornos expostos nas razões recursais, e conforme os critérios estabelecidos no presente edital;

2. Caso essa douta Comissão, na improvável hipótese de não reconsiderar a decisão ora atacada, seja remetido o presente Recurso Administrativo à autoridade superior, em obediência ao trâmite hierárquico no § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Termos em que,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 23 de março de 2022.

RAFAEL DECINA ARANTES | CPF: 040.435.956-62
Representante legal da empresa

COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos | www.cobrape.com.br | CNPJ 58.645.219/0001-28
SEDE: Rua Fradique Coutinho, 212, 7º, 9º e 10º andares, Pinheiros | São Paulo – SP | CEP 05.416-000 | tel.: +55 11 3897-8000
Andar, Savassi | Belo Horizonte – MG | CEP: 30.110-044 | tel.: +55 31 3546-1950

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

Recurso Cobrape TECNICA_ ATO 037_2022 AGB.pdf

Documento número #cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

Hash do documento original (SHA256): 045f5bbfeafa5055b8804898fd7f973e901aa855d988b98e16132f0c0db93b43

Assinaturas

Rafael Decina Arantes
CPF: 040.435.956-62
Assinou em 24 mar 2023 às 11:02:09

Log

24 mar 2023, 10:10:58	Operador com email raissadias@cobrape.com.br na Conta 8b1b5c13-59cb-4d3a-b135-485571306b2b criou este documento número cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63. Data limite para assinatura do documento: 23 de abril de 2023 (10:09). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
24 mar 2023, 10:11:14	Operador com email raissadias@cobrape.com.br na Conta 8b1b5c13-59cb-4d3a-b135-485571306b2b adicionou à Lista de Assinatura: rafaelarantes@cobrape.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rafael Decina Arantes.
24 mar 2023, 11:02:09	Rafael Decina Arantes assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail rafaelarantes@cobrape.com.br. CPF informado: 040.435.956-62. IP: 152.255.118.22. Componente de assinatura versão 1.471.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
24 mar 2023, 11:02:10	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

ATESTADO TÉCNICO DE ELABORAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA

Atestamos que a Empresa COBRAPE – Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos situada à Rua Capitão Antônio Rosa, 406, Jd. Paulistano - São Paulo/SP, CEP 01443-010 e inscrita no CNPJ sob o nº 58.645.219/0001-28, elaborou, no período de 08/04/2015 a 30/03/2018, para a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH, do Governo do Estado de São Paulo, sediada à rua São Luís, 99 5º, 6º e 7º andares e inscrita no CNPJ nº 96.480.850/0001-03, os estudos para **ELABORAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – PROGRAMA MANANCIAIS**, conforme Contrato Mananciais nº 005/2014, firmado em 24 de fevereiro de 2015, com valor original de R$ 5.394.067,37. O contrato foi reajustado através de Termos Aditivos para o valor final de R$ 5.825.141,38 (Io=julho/2014), sendo ainda prorrogado, por meio de três Termos Aditivos, em 18 meses complementares.

1. OBJETO DO TRABALHO

O objeto do trabalho constituiu na elaboração, revisão e atualização dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental – PDPAs das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais – APRMs da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

A área de abrangência compreendeu as bacias hidrográficas das Áreas de Preservação e Recuperação de Mananciais (APRMs) Guarapiranga, Billings, Juquery e Alto Tietê Cabeceiras, dos reservatórios Cabuçu e Tanque Grande, além das bacias hidrográficas dos rios Cotia e Guaió, todos estes pertencentes à Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Alto Tietê (UGRHI 06); os Mananciais Itapanhaú, Itatinga e Capivari-Monos, da UGRHI Baixada Santista (UGRHI 07); a bacia do Reservatório Jaguari, na UGHRI Paraíba do Sul (UGRHI 02), interligado ao Sistema Cantareira; e o manancial Alto Juquiá, com captação no reservatório Cachoeira do França, na UGRHI Ribeira de Iguape e Litoral Sul (UGRHI 11). Somam-se 11 mananciais, com território total de 11.304,74 km², que resultaram na elaboração de 10 Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental. A área de abrangência do estudo foi de 5.432,82 km², envolvendo territórios de 35 municípios e uma população residente de [illegible]ntes, conforme projeção para 2015, em 4 Unidades de Gestão de Recursos Hídricos. A delimitação dessa área teve como base:

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

- As Leis Estaduais (Leis Específicas) Nº 12.233/2006 (APRM Guarapiranga), Nº 13.579/2009 (APRM Billings), Nº 15.790/2015 (APRM Juquery), Nº15.913/2015 (APRM ATC) e, ainda, as Leis Nº 898/1975 e Nº1.172/1976, que estabelecem as Áreas de Proteção de Mananciais para a RMSP e suas revisões.
- Mapa de curvas de nível do Projeto de Atualização Cartográfica do Estado de São Paulo (Projeto Mapeia São Paulo, 2010/2011) da Empresa Paulista de Planejamento

Metropolitano S/A – Emplasa; e respectivo Modelo Digital de Superfície – MDS em escala 1:10.000, delimitando as bacias hidrográficas.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Desenvolveram-se as seguintes atividades: (i) Elaboração do Plano de Gestão do Projeto; (ii) Levantamento e Sistematização de Dados e Informações; (iii) Caracterização Física, Socioeconômica e Ambiental; (iv) Proposição do Modelo Matemático; (v) Cenários e Metas; (vi) Elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental dos mananciais; (vii) Realização de Mapas Temáticos da Área de Estudo; e (viii) Reuniões públicas.

3.1. Elaboração do Plano de Gestão do Projeto

O detalhamento e revisão do plano de trabalho foi elaborado utilizando o método de gerenciamento de projeto do *Project Management Institute* – PMI, contido no *Guide to the Project Management Body of Knowledge* – PMBOK *Guide*. O PMI permite uma sistematização das atividades, produtos, informações e compromissos estabelecidos, além de realizar uma proposição de estratégia de ação, suporte logístico, metodologia de trabalho e mobilização da equipe técnica ao longo da execução dos trabalhos. O Plano de Gestão, elaborado segundo esse modelo, contemplou as 5 fases principais do projeto: (i) iniciação; (ii) planejamento; (iii) execução; (iv) monitoramento e controle; (v) encerramento.

O Plano de Gestão do Projeto conteve todas as etapas e ferramentas de acompanhamento do contrato previstas no PMBOK. Foram preparados, e aplicados no decorrer do contrato: termo de abertura do projeto, matriz de rastreabilidade dos requisitos, declaração de escopo, estrutura analítica do projeto e respectivo dicionário, fluxograma metodológico, cronogramas, métricas e registro da qualidade, matriz de responsabilidades e de comunicação, registro de riscos, registro de partes interessadas, mudanças, e melhoria continuada, lições aprendidas e terno de encerramento do contrato. Foram estruturados os planos de gerenciamento de escopo, gerenciamento de tempo, gerenciamento de custos, gerenciamento da qualidade, gerenciamento de recursos humanos, gerenciamento de riscos, gerenciamento das partes interessadas e gerenciamento da integração.

Foram construídas estratégias para planejamento, gerenciamento e controle da comunicação, contendo matriz de comunicação, calendários, sistema de avaliação da comunicação e mecanismos de acesso e atualização de informações. Implantou-se o site do PDPA (http://pdpa.cobrape.com.br/) que abrangeu a agenda, biblioteca, sistema de recebimento de produtos e contribuições, transferência de arquivos, além de banco de notícias e imagens relacionadas ao projeto.

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

Durante o contrato, 108 produtos foram elaborados. Foram realizadas mais de 200 reuniões com a participação dos municípios, Grupo Gestor inter-secretarias, membros do Comitê de Bacia Hidrográfica, Sub-comitês, Câmaras Técnicas e a sociedade civil.

3.2. Levantamento e Sistematização de Dados e Informações

Objetivo desse serviço foi levantar e sistematizar os dados e as informações necessários à elaboração dos estudos. Esté levantamento compreendeu as seguintes áreas temáticas: (i) base legal, incluindo legislações federais, estaduais e municipais; (ii)

recursos hídricos; (iii) saneamento; (iv) proteção ambiental; e (v) socioeconomia e ordenamento territorial. Os dados foram identificados e documentados, indicando: fonte, origem, formato, escala, qualidade e demais características específicas que facilitam a sua classificação.

A legislação federal da base legal foi classificada de acordo com os seguintes temas: áreas protegidas; biomas; cidades; códigos; educação ambiental; meio ambiente; parcelamento e uso e ocupação do solo; recursos hídricos; e saneamento. Já as legislações estaduais foram divididas em: áreas protegidas; biomas; educação ambiental; instituições; mananciais; meio ambiente; mudanças climáticas; parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento; recursos hídricos; e saneamento.

A legislação municipal, devido à quantidade de municípios de interesse para o estudo, foi dividida de acordo com a relevância para o trabalho, sendo: Leis Orgânicas; Planos diretores; Políticas Municipais de Meio Ambiente; Políticas Municipais de Recursos Hídricos; Políticas Municipais de Saneamento; e Parcelamento, uso, ocupação e zoneamento.

Os dados referentes aos recursos hídricos foram obtidos a partir dos seguintes planos, estudos, relatórios existentes e bancos de dados: Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH; Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil; Panorama de Qualidade das Águas superficiais do Brasil; Plano Estadual de Recursos Hídricos; Relatórios de Qualidade das Águas Superficiais e Subterrâneas no Estado de São Paulo; Planos das Bacias Hidrográficas; Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista; Programa Mananciais; Programa Córrego Limpo; Relatórios, Leis e minutas de lei existentes de proteção dos mananciais da RMSP; Rede Hidrometeorológica Nacional; cadastros de outorgas; séries de vazões históricas para estudos sobre a disponibilidade hídrica; dados das redes de monitoramento da qualidade das águas; e o banco de indicadores para a Gestão dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – SSRH.

Em relação ao saneamento, o levantamento de dados foi realizado a partir de: Atlas de Abastecimento Urbano (ANA); Plano Nacional de Resíduos Sólidos; Panorama de Resíduos sólidos no Brasil 2013; Plano Estadual de Resíduos Sólidos; Plano Diretor de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de São Paulo – PDAA; Programa Metropolitano de Água – PMA; Plano Diretor de Esgotos da Região Metropolitana de São Paulo – PDE; Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê 3 – PDMAT3 (DAEE); Planos Municipais de Saneamento; Planos Integrados Regionais – PIR (Sabesp); Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento – SNIS; Sistema Nacional de Informações sobre Resíduos Sólidos – SINIR; Inventário Estadual de [illegible] Urbanos; Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgotos – ICTEM; e, as intervenções realizadas pelo governo estadual e pela Sabesp para administrar a crise hídrica.

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

Os relatórios, planos e banco de dados levantados para o tema de proteção ambiental foram: Anuário das RPPNs Instituídas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Planos de Manejo e Zoneamento das Unidades de Conservação; Dados referentes a outras áreas protegidas; Cadastro das Áreas Contaminadas; Cadastro das Áreas de Mineração; Autuações Emitidas pelo Órgão Ambiental; Áreas de Risco; Relatório de Emergências Químicas; e Relatórios de Qualidade Ambiental.

Quanto à socioeconomia e ao ordenamento territorial, foram analisados: Dados Populacionais e Socioeconômicos; Setores Censitários; Mapa de Uso e Ocupação do Solo; Setores Econômicos; Relação das Indústrias Prioritárias; Relação Anual de Informações Sociais – RAIS; Dados Relacionados à Saúde; Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS; Panorama da Indústria da Transformação Brasileira; Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013 – 2040 – PAM.

Dois outros produtos também fizeram parte dessa etapa do trabalho. O segundo relatório dessa etapa, denominado Partes Interessadas e Estratégia de Comunicação, definiu e aplicou uma metodologia que possibilitou aprofundar as relações com as partes interessadas e elaborar estratégias de acompanhamento dos posicionamentos e resposta aos stakeholders.

O terceiro produto tratou da elaboração de um projeto de Pesquisa de Opinião que incluiu a definição do objetivo da pesquisa, público alvo, amostra, definição do questionário a ser aplicado e critérios de avaliação dos resultados.

3.3. Caracterização Física, Socioeconômica e Ambiental

A análise realizada nesta etapa do trabalho foi feita em 3 áreas de abrangência: (i) temática (ambiental, social e física) para o conjunto agregado das áreas de estudo; (ii) cada Bacia; e (iii) análise integrada no conjunto dos territórios. A área de abrangência do estudo foi de 5.432,82 km², envolvendo territórios de 35 municípios, com ou sem sede nos mananciais, e uma população residente nos mananciais de 2.564.988 habitantes e uma população total dos municípios de 18.585.021 habitantes.

A caracterização física considerou o diagnóstico dos seguintes aspectos: (i) características geológicas, geomorfológicas e pedológicas predominantes; (ii) riscos geológico, geotécnicos e hidrológicos com os principais eventos de suscetibilidade à erosão e a movimento de massa e, (iii) elaboração de critérios e mapeamento da aptidão física para o assentamento urbano.

A caracterização socioeconômica diagnosticou os seguintes aspectos: (i) demografia e projeções populacionais até 2035 (população total, e flutuante, por setor censitário, com base nos critérios de expansão urbana e densidade demográfica previstos); (ii) análise de renda e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS); (iii) infraestruturas e operação dos sistemas de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos e drenagem); (iv) uso e ocupação do solo, a partir de dados da EMPLASA de 2010/2011, com atualização parcial por imagens de satélite e visitas de campo, observando-se os vetores de crescimento, as ocupações irregulares e as Zonas Especiais de Interesse Social; (v) identificação das áreas contaminadas e riscos potenciais aos recursos hídricos e da incidência de infrações por contaminação; (vi) avaliação do potencial de desenvolvimento econômico de diferentes setores nas áreas de manancial; (vii) critérios de licenciamento ambiental; (vii) áreas com delimitação de interesse e exploração por mineração; (viii) verificação da compatibilização dos planos diretores municipais e leis de uso do solo com os zoneamentos das APRMs; (ix) transportes públicos e sistemas de mobilidade existentes e planejados; (x) indicadores de saúde pública relacionados às doenças de veiculação hídrica.

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

A caracterização ambiental apresentou, a partir dos dados do Sistema de Informações e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo (SIGAP), as principais qualificações das áreas de proteção ambiental existentes: unidades pertencentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); APPs; Reserva da Biosfera; Sítios Geológicos; Terras Indígenas; Reserva Florestal; Áreas de Proteção de Mananciais e Áreas Sob Proteção Especial (ASPE); Reservas Legais – através do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – e outras qualificações, presentes em cada um dos territórios das APRMs. Foram especificamente estudados os 8 Planos de Manejo disponíveis entre as 46 Unidades de Conservação - UCs existentes no território dos mananciais, compatibilizando os critérios desses ao estudo. Em todos os mananciais foi realizada uma avaliação cruzada entre os aspectos físicos e ambientais, considerando a sobreposição entre a aptidão ao assentamento urbano e as áreas legalmente protegidas.

3.4. Modelo Matemático, Cargas, Cenários e Metas

A aplicação da modelagem matemática permite, a partir de dados de monitoramento quali-quantitativos existentes, da evolução das demandas (atuais e projetadas), da infraestrutura de saneamento existente e das perspectivas para o uso e ocupação do solo, avaliar a situação atual da qualidade da água, atualizar os procedimentos e modelos nas APRMs estudadas e elaborar cenários futuros para a proposição de metas de cargas poluentes a serem alcançadas nos mananciais.

Os dados de **qualidade da água** para a modelagem foram obtidos a partir da: (i) das redes de monitoramento de qualidade da água e de sedimentos (localização dos postos, dados disponíveis, periodicidade de coleta e parâmetros analisados); (ii) resultados dos indicadores: balneabilidade; qualidade da água; qualidade da água para abastecimento público; estado trófico; e, proteção da vida aquática.

Os dados das **disponibilidades hídricas** foram obtidos a partir da: (i) distribuição e suficiência das estações fluviométricas; (ii) características físicas e operacionais dos reservatórios existentes; (iii) disponibilidade dos aquíferos e o potencial de exploração nas áreas de estudadas. Nos estudos com os modelos matemáticos, a disponibilidade hídrica foi calculada utilizando-se a metodologia de Regionalização Hidrológica do Estado de São Paulo (DAEE), determinando-se as seguintes variáveis: (i) vazão média de longo período; (ii) vazão mínima de duração variável de um a seis meses associada à probabilidade de ocorrência; (iii) curva de permanência de vazões; (iv) volume de armazenamento intra-anual necessário para atender dada demanda, sujeito a um risco conhecido; e, (v) vazão mínima de sete dias associada à probabilidade de ocorrência.

As **demandas** atuais pelo uso da água, nas APRM, foram estudadas a partir dos dados de captação e consumo da Sabesp, do SNIS, do cadastro de outorgas do DAEE e o Plano Diretor de Abastecimento. As demandas futuras foram projetadas a partir dos estudos populacionais (dados iniciais fornecidos pela Fundação SEADE), com projeção estruturada por setor censitário e agregada nas bacias hidrográficas, além das características do consumo de água. Os estudos demográficos realizaram, tendo como base os setores censitários do IBGE, a distribuição das populações nas áreas de cada município e setor censitário considerando, natalidade e mortalidade registradas, os vetores de expansão, as legislações urbanísticas, as densidades populacionais e as áreas protegidas e de restrição à ocupação. Nas áreas de mananciais, determinou-se a distribuição das populações nos territórios por meio do cruzamento dos *shape-files* de

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

setores censitários com os de sub-bacias correspondentes ao sistema de drenagem natural.

Os **usos do solo** foram obtidos através do "Projeto de Atualização Cartográfica do Estado de São Paulo – Projeto Mapeia São Paulo" (EMPLASA-SP; imagens dos anos 2010/2011), com resolução de pixel de 1 metro. As categorias de uso do solo foram agrupadas nas 8 categorias previstas para o Modelo Matemático Uso do Solo x Qualidade da Água - MQUAL conforme padrão do modelo. Áreas rurais e externas à RMSP foram complementadas com informações do estudo "Calibração de Sistema Relacional de Correlação do Manejo do Território e da Qualidade Ambiental para o Reservatório" (SMA/CPLEA, 2006). Houve atualizações de dados através de visitas de campo realizadas, análises de documentos oficiais cedidos pelos municípios, além de imagens de satélite (Google Earth). Como resultado, foi elaborado o mapeamento de uso e ocupação do solo da situação das bacias no ano de 2016, com as categorias utilizadas no MQUAL.

O mapeamento da atual **cobertura dos sistemas de saneamento** (abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários) foi obtido diretamente das informações do SIGNOS[1], datadas de fevereiro de 2016. A partir da estrutura das redes, posição das estações elevatórias e distribuição das ligações em TL-0 (só abastecimento), TL-1 (abastecimento e esgotamento) e TL-2 (só esgotamento), contendo todos os dados de atividade, consumo, economias, dificuldades técnicas de ligação, entre outros, foi possível elaborar, por sub-bacia de drenagem, o mapa de atendimento do sistema de esgotamento, identificando-se áreas de cobertura dos serviços, o número de ligações atendidas, as vazões de esgotos gerados e as redes não conectadas aos sistemas que encaminham os esgotos para tratamento para além dos limites das áreas de mananciais. Foram obtidos, também, os dados dos indicadores operacionais das Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs). Com esses dados, para todas as elevatórias dos mananciais Billings e Guarapiranga, foi possível conhecer (o que até este ciclo de planejamento não havia sido considerado) o impacto da eficiência operacional das EEs nos resultados da aplicação do MQUAL (EEEs que, em sua maioria, encontram-se em operação em áreas urbanas assentadas de forma bastante precária). Adicionalmente, foram consideradas as informações relativas às eficiências na remoção de cargas, especialmente Fósforo e Nitrogênio, nas ETEs inseridas nas APRMs.

Para a seleção do modelo a ser utilizado, foi realizado um estudo comparativo entre diversos modelos quanto ao histórico de aplicação nos mananciais da RMSP, nível de complexidade, aplicabilidade, tipos de resposta, parâmetros, dados de entrada, variáveis, autorização de aplicação, entre outros aspectos, sendo eles: Vollenweider; Dillon & Rigler; Chapra; Larsen & Mercier; Clark; Salas & Martino; *Load model*; *Storm Water Management Model* – SWMM; *Generalizes Watershed Loading Function* – GWLF; *Hydrological Simulation Program – Fortran* – HSPF; Modelo de Correlação Uso do Solo/ Qualidade da Água – MQUAL; *Pollutant Load Application* – PLOAD; *Dissolved Oxygen Simulation Model* – SIMOX; HAR03; *Water Quality Analysis Simulation Program* – WASP; CE-QUAL-W2; *Stream Water Quality Model* – QUAL2E; DELFT3D; MIKE 11; *Estuary, Lake and Coastal Ocean Model* – ELCOM; *Computacional Aquatic Ecosystem*

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

[1] Sistema de Informações Geográficas no Saneamento utilizado pela Diretoria Metropolitana da Sabesp.

CACC

Dynamics Model – CAEDYM; *River and Stream Water Quality* Model – QUAL2K; e, SOBEK.

Para as análises de correlação de qualidade da água e uso e ocupação do solo foi selecionado o modelo MQUAL, no módulo de "carga em tempo seco", que historicamente vem sendo utilizado nos estudos dos mananciais da RMSP. Para a análises das condições tróficas, a carga admissível de cada reservatório foi obtida a partir da média ente as equações de cargas admissíveis de 4 modelos: Vollenweider (1968), Larsen e Mercier (1973), Salas e Martino (1991) e o método simplificado de Salas e Martino (2001). Para a análises de qualidade da água em rios e córregos, foram utilizados os modelos SIMOX, aplicado aos rios Cotia e Guaió, e o modelo QUAL-UFMG que é uma adaptação do modelo QUAL2-E, desenvolvido pela US Environmental Protection Agency (USEPA).

O MQUAL foi aplicado ao Cenário Atual (2015) e ao Cenário Base (definido pela projeção populacional para o ano de 2035, a configuração correspondente do uso do solo e a hipótese de ausência de investimentos em saneamento). Foram elaborados três produtos para cada manancial: (i) Cargas Geradas e Afluentes da APRM; (ii) Cargas Admissíveis na APRM; e, (iii) Cenários e Metas da APRM. Os resultados das cargas geradas e admissíveis na condição atual foram comparados com cargas estabelecidas em leis ou estudos anteriores. Com os cenários futuros de cargas geradas e afluentes, atualizaram-se as metas finais e intermediárias a serem alcançadas. Foram identificadas as sub-bacias prioritárias para intervenções. Definiram-se estratégias de ação para redução das cargas pontuais e difusas e foram desenvolvidos cenários alternativos de curto (2022), médio (2027) e longo (2035) prazos, que foram analisados comparativamente com o Cenário Base 2035. Simularam-se, em 10 mananciais estudados, os impactos das intervenções propostas para o enquadramento dos mananciais às metas estipuladas.

O balanço hídrico de cada manancial também foi realizado considerando-se: as interdependências com outros mananciais; as vazões demandadas pelo Sistema Integrado Metropolitano – SIM; as demandas internas ao próprio manancial (abastecimento doméstico, indústrias, irrigação e dessedentação de animais).

Após análise individual de cada manancial foi elaborada uma análise integrada das APRMs – relatório denominado Meta de Qualidade - Visão Integrada –, agregando os aprendizados específicos em uma perspectiva de escala para toda a RMSP, sugerindo-se: (i) a uniformização quanto aos critérios para a agregação dos usos do solo nas 8 categorias utilizadas pelo modelo MQUAL, promovendo a padronização dos dados de entrada do modelo e permitindo a comparação de resultados obtidos em diferentes

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63 nização do método de elaboração dos PDPAs para todas as APRMs; (iii) monitoramento de qualidade das águas com maior frequência de amostragem, associado a dados de vazão e em pontos relevantes em relação aos usos do solo; (iv) avaliações específicas quanto à eficiência dos investimentos para as melhorias da qualidade das águas dos mananciais; (v) realização de estudos para a atualização de coeficientes de geração de carga por tipo de uso de solo e para as estimativas de impactos das cargas afluentes em períodos chuvosos; (vi) atualização de cadastros e informações dos sistemas de esgotamento sanitário e das áreas de influência das EEEs; obtenção de dados em tempo real para o acompanhamento das eficiências das EEEs.

Foram realizadas Oficinas de Metas de Qualidade em todos os mananciais trabalhados. Essas oficinas possibilitaram um processo de planejamento participativo de construção de cenários e metas com a sociedade e poder público local na preparação do PDPA.

3.5. Indicadores, Metas, Propostas de Ações e Programas

Para cada manancial foi elaborado o produto Indicadores, Metas, Ações e Programas da APRM.O produto consistiu na: (i) delimitação das diretrizes de planejamento de ordenamento territorial com a proposta de enquadramento das áreas de intervenção de acordo com os usos e parâmetros estabelecidos; (ii) definição das diretrizes setoriais para a consolidação dos programas; (iii) proposição dos programas, ações e metas a serem desenvolvidos nas áreas de intervenção; e (iv) definição do grupo de indicadores aplicáveis ao monitoramento da qualidade ambiental.

As diretrizes de planejamento para cada um dos mananciais foram direcionadas para os temas; educação ambiental e gestão do manancial, ordenamento territorial, urbanização e habitação, saneamento básico, atividades industriais e agropecuárias, infraestrutura de transporte, cobertura vegetal e áreas protegidas tendo como objetivo a preservação dos recursos naturais da bacia.

Foram consideradas características particulares de cada manancial e elaborados projetos específicos a serem aprofundados e desenvolvidos nos mananciais, com destaque para os temas: gestão de mananciais; fiscalização integrada por imagem de satélite; monitoramento da qualidade ambiental; Sistema Gerencial de Informações; Sistema de Monitoramento e Avaliação da Qualidade Ambiental; ICMS Ecológico; Pagamento por Serviços Ambientais; instrumentos de compensação ambiental municipal e regional; compensação em condomínios de áreas preservadas; monitoramento do desmatamento e da ocupação irregular; planos de emergência e contingência para transporte de cargas perigosas; monitoramento da contaminação de águas subterrâneas; compatibilização dos Planos Diretores Municipais; revisão do zoneamento das leis específicas; parâmetros urbanísticos; licenciamento ambiental de Planos de Recuperação de Interesse Social em mananciais; regularização fundiária através da nova lei 13.465/2017; gestão do sistema de esgotamento; eficiência de estações elevatórias com automação e telemetria de EEEs; eficiência do sistema separador entre drenagem e esgotos; limpeza e zeladoria urbana; coleta e destinação de resíduos sólidos; solução de pontos clandestinos de disposição irregular de resíduos domésticos e reciclagem; soluções complementares para tratamento de corpos hídricos (wetlands, flotação, tratamento de córregos); estudo de viabilidade de novas Unidades de Conservação; planos de manejo de UCs; planos de desenvolvimento turístico sustentável; uso dos reservatórios para lazer e turismo; desenvolvimento agrícola

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63 ação ambiental; sinalização de mananciais.

Com o objetivo de manter a metodologia de gestão das bacias hidrográficas utilizada pelo CBH-AT, foi aplicado o método de seleção de indicadores chamado **Força-Motriz**, **Pressão**, **Estado**, **Impacto** e **Resposta** (FPEIR[2]). Este método é derivado da metodologia Pressão-Impacto-Resposta (PIR), originalmente desenvolvida por Rapport e

[2] *Driving force-Pressure-State-Impact-Response* (DPSIR), em inglês.

Friend em 1979, readequada pelo modelo Global Environmental Outlook (GEO) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA[3]).

Esta metodologia considera a inter-relação entre cinco categorias de indicadores: **Forças-Motrizes** (atividades antrópicas, como o crescimento populacional e econômico, a urbanização e a intensificação das atividades agropecuárias), que produzem **Pressões** no meio ambiente (como a emissão de poluentes e a geração de efluentes e resíduos), as quais podem, por sua vez, afetar seu **Estado** (do meio ambiente e dos recursos naturais) e, assim, acarretar **Impactos** na saúde humana e nos ecossistemas, levando a sociedade (Poder Público, população, organizações, etc.) a emitir **Respostas**, na forma de medidas que visam a reduzir as pressões diretas ou os efeitos indiretos no Estado do ambiente. Estas Respostas podem ser direcionadas para a Força-Motriz, as Pressões, o Estado ou para os Impactos. Foram analisados os indicadores já existentes e propostos indicadores complementares.

3.6. Elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental dos Mananciais

Nesta parte, foram elaborados relatórios individuais de 10 mananciais e 1 relatório integrado da área de estudo, compondo documentos que consideram os temas relevantes de todos os produtos anteriores e, além disso, a evolução dos debates participativos realizados. Cada documento foi dividido nas seguintes partes ou capítulos: (i) introdução; (ii) caracterização da bacia hidrográfica; (iii) cenários de modelagem; (iv) diretrizes gerais e setoriais de planejamento; (v) programas, planos e projetos; (vi) programa de investimentos e fontes de recursos; (vii) indicadores de monitoramento; e, (viii) referências bibliográficas. Para as APRMs Billings e Guarapiranga foi adicionado um capítulo de avaliação da lei específica existente.

A **caracterização da bacia** hidrográfica fez uma síntese do seu diagnóstico, sendo dividida nos tópicos: uso e ocupação do solo; ordenamento territorial; socioeconomia e demografia; vetores de expansão urbana; infraestrutura sanitária; áreas protegidas; e, qualidades da água. Especificamente para os mananciais Billings e Guarapiranga foi elaborada uma análise comparativa sobre o resultado do período de implantação das leis específicas anteriores. Os aspectos analisados foram: Sistema de Planejamento e Gestão, Sistema Gerencial de Informações, Sistema de Monitoramento e Avaliação Ambiental, Grupo de Fiscalização Integrada, expansão urbana no período, inclusive a tipologia de ocupação (crescimento das favelas), e das áreas florestadas, execução do Programa de Investimentos, expansão da rede de esgotamento, as metas de qualidade das águas, a meta de cobertura vegetal e a compatibilidade dos planos diretores com o zoneamento da lei específica e a realidade do território.

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

os de modelagem resumiu os principais resultados na redução de cargas poluentes nos corpos hídricos, considerando ações propostas de saneamento, urbanização de favelas e práticas agrícolas, entre outras, indicando, também, as bacias prioritárias para intervenções.

Na sequência do relatório, foram apresentadas as **diretrizes gerais e setoriais de planejamento**, direcionadas aos temas de gestão do manancial, ordenamento territorial, urbanização e habitação, saneamento básico, atividades industriais e

[3] *United Nations Environment Programme* (UNEP), em inglês.

agropecuárias, infraestrutura de transporte, cobertura vegetal, áreas protegidas e educação ambiental. Em alguns casos foram propostos ajustes ao zoneamento previsto em lei. Os casos mais relevantes são de territórios com características de Sub-área de Urbanização Consolidada (SUC) antecedentes à data das leis específicas, algumas vezes já indicadas em PDPAs anteriores e, também, Áreas de Restrição à Ocupação (ARO) que não haviam sido indicadas em PDPAs anteriores e correspondem a Unidades de Conservação no território.

No capítulo de **programas, planos e projetos** foram descritas todas as ações dos diferentes programas de cada manancial, contendo a descrição da ação, metas em diferentes prazos e responsáveis por sua execução. Como parte do Programa de Investimentos, foram identificadas as fontes de recursos, financiados ou a fundo perdido, passíveis de serem utilizadas para a implementação das ações propostas.

Por fim, foram apresentados os **indicadores de monitoramento** das APRMs com o intuito de criar uma correlação sistêmica entre elementos de causa e efeito na qualidade ambiental, avaliando a efetividade e eficiência das ações propostas. A estruturação dos indicadores foi realizada a partir da lógica metodológica da Força-Motriz, Pressão, Estado, Impacto e Resposta (FPEIR).

O PDPA Integrado foi editado como um instrumento de planejamento inovador numa escala de planejamento correspondente à Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, com enfoque na segurança hídrica, nos riscos e garantias ao suprimento de água bruta e na estrutura política necessária para a execução e acompanhamento da política de mananciais e de suas intervenções. Foram apontadas as Diretrizes Prioritárias para a Implantação da Política de Proteção de Mananciais e as diretrizes de aplicação integrada a todos os mananciais para cinco áreas: (i) Urbanização e Habitação; (ii) Saneamento; (iii) Preservação Ambiental; (iv) Desenvolvimento Sustentável; e (v) Educação Ambiental.

Foi elaborado, ainda, um produto contendo o Relatório Síntese de cada PDPA, além da preparação de material gráfico para impressão de uma cartilha de divulgação para cada manancial e para o PDPA integrado. Também foi elaborado um roteiro de filmagem para um vídeo de 10 minutos por manancial (100 minutos de filmes pós edição) contendo a descrição cena a cena das filmagens, arte gráfica, áudio, locução, entrevistas e conteúdo a ser transmitido com o vídeo.

3.7. Banco de Dados e Mapas Temáticos da Área de Estudo

As bases cartográficas e temáticas digitais utilizadas para a realização dos mapas foram sistematizados em um banco de dados geográfico em ambiente de Sistema de Informações Geográficas – SIG, permitindo a análise espacial dos territórios, a geração de novas informações e a elaboração dos mapas utilizados nos serviços descritos anteriormente. As informações que compõem o banco de dados foram levantadas e adquiridas junto aos órgãos federais, estaduais e municipais.

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

Dentre as informações contidas no banco de dados destacam-se: (i) as bases cartográficas em escalas 1:50.000 elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; (ii) as cartas topográficas em escala 1:10.000 elaboradas pelo Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC); (iii) as bases disponibilizadas pelo GeoPortal Datageo; (iv) e a base cartográfica digital 1:10.000 da EMPLASA, mapas de uso e ocupação do solo de 2002 e 2007, as ortofotos de 2010/2011

e os mapas digitais dos estudos e PDPAs já elaborados, disponibilizados pela Unidade de Gestão de Programas – UGP. Algumas informações temáticas foram obtidas e incorporadas ao banco de dados sempre que disponíveis, como: zoneamentos estaduais e municipais; as áreas degradadas devido à contaminação e atividades minerárias; áreas suscetíveis à erosão; áreas de risco a escorregamentos, inundações e enchentes; Unidades de Conservação; áreas de preservação permanente com usos não conformes; captações de águas superficiais e subterrâneas; e os lançamentos de efluentes industriais significativos.

Os PDPAs finais e os bancos de dados utilizados para elaboração dos PDPAs foram compilados em um CD para cada município e produzidos CDs com os bancos de dados georreferenciados com recorte territorial da APRM e do município para que estes possam reproduzir os dados em escala municipal e facilitar o processo de compatibilização e revisão de estudos municipais.

3.8. Reuniões e Apresentações Públicas

As reuniões foram realizadas em 3 níveis: (i) reuniões com gestores; (ii) apresentações públicas; (iii) audiências e reuniões com gestores. As reuniões com os gestores tinham como objetivo o alinhamento das estratégias, prioridades e agendas entre as partes interessadas. As apresentações públicas consistiram na apresentação dos trabalhos, seguida pela participação ativa da sociedade no sentido de contribuição á elaboração dos PDPAs. As audiências contaram com apresentações parciais ou completas dos trabalhos realizados para governos locais e gestores, realizando coletas de dados e informações para a complementação e aperfeiçoamento dos relatórios. No decorrer do contrato foram realizadas mais de 200 reuniões, sendo 49 apresentações públicas para a apresentação dos PDPAs.

4. EQUIPE TÉCNICA - Para a execução dos trabalhos, reuniram-se os profissionais listados a seguir, sob a responsabilidade técnica do Eng. Alceu Guérios Bittencourt, CREA/SP 0700071024A

Profissional	Formação	Conselho	Função
Carlos Alberto A.O. Pereira	Eng. Civil	CREA/SP 0600737151	Diretor do Projeto
Sávio Mourão Henrique	Biólogo	CRBio 39276/01-D	Coordenador Geral
Priscilla Melleiro Piagentini	Ecóloga		Coordenadora Geral
Luis Eduardo Gregolin Grisotto	Eng. Civil	CREA/SP 5062747957	Coordenador Adjunto e Plano de Gestão do Projeto
José Antônio O. de Jesus	Eng. Civil	CREA/SP 0600895958	Consultor Ambiental
Marcelo Luis Blanco	Arquiteto	CAU/SP A30913-3	Consultor Urbanista
Ariovaldo Delquiaro	Eng. Civil	CREA/SP 0681761466	Consultor Saneamento
Isabel Camareiro Pinto	Eng. Ambiental	CREA/SP 5063888343	Plano de Gestão do Projeto
Suzana Regina Jardim Neves Jorge Netto	Socióloga		Caracterização Socioeconômica: demografia
Pedro Luis N. Souguellis	Arquiteto	CAU/SP A57647-6	Caracterização Socioeconômica
Rafael Decina Arantes	Arquiteto	CAU/MG A35517-8	Infraestrutura Urbana
Girlene Leite	Eng. Civil	CREA/SP 5063847724	Caracterização Física

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

Alessandra Piovan Teixeira	Eng. Ambiental	CREA/SP 5070076234	Caracterização Física e Ambiental
Luizi Maria Brandão Estancione	Gestora Ambiental		Caracterização Ambiental: Unidades de Conservação
Carolina Harue Nakamura	Eng. Química	CREA/SP 5061719900	Qualidade das Águas
Jane Cristina C. Ferreira	Eng. Sanitarista e Ambiental	CREA/SP 5063378810	Disponibilidades Hídricas
Juliana A. da Silva Delgado	Gestora Ambiental		Saneamento Básico: Demandas Indicadores e Metas
Vivian Heller Weiss	Eng. Ambiental	CREA/SP 5063852557	Saneamento Básico: Água e Esgoto e Propostas de Ações
Ricardo Tierno	Eng. Civil	CREA/SP 5063930851	Saneamento Básico: Resíduos Sólidos e Propostas de Ações
Cláudio Evaldo de Souza Júnior	Eng. Ambiental	CREA/SP 5069475378	Modelagem Quali-Quantitativa, Metas e Propostas de Ações
Camila Gonçalves di Loretto	Design Industrial		Modelagem Quali-Quantitativa, Metas e Propostas de Ações
Luis Otávio K. Montes Imagiire	Eng. Ambiental	CREA/SP 5069128089	Modelagem Quali-Quantitativa, Metas e Propostas de Ações
Renato Augusto Dias Machado	Gestão Ambiental		Geoprocessamento e Modelagem Quali-Quantitativa
Wagner Jorge Nogueira	Eng. Civil	CREA/SP 5060640672	Geoprocessamento Indicadores e Metas
Amanda André Sabino	Gestora Ambiental		Geoprocessamento
Marcia Ikezaki	Analista de Sistemas		Plano de Gestão do Projeto e Banco de Dados
Gabriela Gonçalves	Assistente Social	CRESS 39049	Comunicação Social e Processos Participativos
Maria de Fátima Souza	Assistente Social	CRESS 17219	Comunicação Social e Processos Participativos
Rosana Picirilli de Araujo	Assistente Social	CRESS 17088	Comunicação Social e Processos Participativos

Declaramos, por fim, que os compromissos assumidos contratualmente foram cumpridos satisfatoriamente e em conformidade com especificações contidas nos Termos de Referência do processo licitatório.

São Paulo, 25 de julho de 2019.

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

VALTER ANTONIO DA ROCHA
Chefe de Gabinete

CACC

PREFEITURA DO MUNÍCIPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

CERTIDÃO Nº 115/2018

JOSÉ LUIZ BARBOSA DE BARROS, Diretor do Departamento de Licitações e Materiais, do Município de São Bernardo do Campo, na forma da Lei, a pedido de **COBRAPE - COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS**, com sede à Rua Capitão Antônio Rosa, 406 – Jardim Paulistano – São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 58.645.219/0001-28, conforme Processo de Emissão de Certidão nº 02526/2018 e de conformidade com as informações fornecidas pela Secretaria de Habitação – G.SEHAB, CERTIFICA que a requerente encontra-se inscrita no Cadastro de Fornecedores desta Prefeitura sob nº 06.994, executou a contento e de acordo com as especificações técnicas contratuais os **SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DE TRABALHO SOCIAL, PARA APOIO À IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANO – PAC ALVARENGA E CONJUNTO HABITACIONAL TRÊS MARIAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**, conforme Contrato para Prestação de Serviços SA. 200.2 nº 236/2011, Processo de Contratação nº 80.069/2011. Sendo o objeto dessa contratação e que estão descritos abaixo:

1. **Responsabilidade Técnica e Informações Contratuais**

1.1. Coordenação geral do contrato:

1.1.1. Os serviços prestados pela referida empresa foram realizados com a Coordenação Geral do Sr. Oscar de Melo Innecco, Engenheiro Civil com registro profissional - CREA nº 5062008057 SP.

1.2. Prazo contratual e valor do contrato:

1.2.1. O contrato de prestação de serviços foi assinado em 21/12/2011

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

1.2.2. Abaixo são apresentados os prazos do contrato e o valor inicial e o valor final (após aditamentos):

INSTRUMENTO	TIPO		DURAÇÃO EM DIAS
CONTRATO	INICIO	02/01/2012	1.084
	TERMINO	21/12/2014	
	VALOR	R$ 3.602.747,43	
PRIMEIRO ADITIVO	INICIO	22/12/2014	180
	TERMINO	20/06/2015	
	VALOR	O MESMO	
SEGUNDO ADITIVO	INICIO	21/06/2015	132
	TERMINO	31/10/2015	
	VALOR	O MESMO	
SUSPENSÃO CONTRATUAL	INICIO	01/11/2015	360
	TERMINO	26/10/2016	
	VALOR	O MESMO	
TERCEIRO ADITIVO	INICIO	26/10/2016	180
	TERMINO	24/04/2017	
	VALOR	R$ 3.775.479,23	
	% AUMENTO	4,79%	
TOTAL DIAS DE CONTRATO			**1.576**

* O período da suspensão contratual não está somado na quantidade de dias total do contrato

2. Síntese do Programa Atendido

2.1. O Programa compreende, no Município de São Bernardo do Campo, a contratação de projetos e obras de Urbanização e Saneamento Integrado da Região do Grande Alvarenga e tem como objetivo principal promover a recuperação das áreas de mananciais ocupadas, assegurando à população de baixa renda o direito à moradia adequada.

2.2. No âmbito do Trabalho Técnico Social, nas áreas atendidas pelo projeto citado, totalizam-se **2.724** (duas mil, setecentos e vinte e quatro) famílias atendidas, sendo que **1.236** (mil e duzentas e trinta e seis) famílias foram reassentadas no Conjunto Habitacional Três Marias, que foi implantado no bairro Cooperativa. Das restantes, **610** (seiscentas e dez) famílias, permaneceram na própria área, residindo em domicílios consolidados, por meio de intervenções de infraestrutura e processo de regularização fundiária e as outras **878** famílias foram reassentadas

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

para novas unidades habitacionais que foram implantadas nas próprias áreas, objetos das intervenções.

3. Serviços Executados

O trabalho foi desenvolvido, com base no Plano de Trabalho Técnico Social – PTTS elaborado no âmbito do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Saneamento para Populações em Áreas de Baixa Renda – PAT PROSANEAR, de iniciativa do Governo Federal. O Plano de Trabalho Técnico Social assegura a plena realização dos objetivos e das metas pretendidas e acordadas com a Secretaria de Habitação de São Bernardo do Campo. Para alcançar a participação ativa da população, o objetivo geral do plano é norteado pelos desafios do trabalho em rede e pelo comprometimento da população beneficiada com a formulação e a implantação das ações estratégicas do Trabalho Social. Refere-se também, ao Projeto de Urbanização Integrada e Remanejamento de Moradias em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais – APRM, cujo objetivo geral é garantir o direito à moradia adequada e à transformação para uma vida melhor, de forma integrada com o desenvolvimento socioambiental.

A intervenção denominada PAC Alvarenga em São Bernardo do Campo, desenvolve ações no conjunto de áreas: Sítio Bom Jesus, Jardim Ipê, Alvarenga Peixoto, Divinéia/Pantanal I e II, além de ações desenvolvidas no entorno. Assim, as atividades desenvolvidas, respeitando o processo democrático e possibilitando o fortalecimento das condições de ampliação da cidadania da população beneficiária, visam a participação das famílias nas etapas do projeto.

4. Trabalho Social

De acordo com o Ministério das Cidades, o conceito de Trabalho Social[1] é:

> *O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício*

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

> *da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014, p.5).*

Para atuação no contrato em tela, o Trabalho Social como componente obrigatório nas intervenções de saneamento, habitação e em todas as intervenções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que envolvam o deslocamento involuntário de famílias (BRASIL, 2014, p.7), foi organizado e estruturado de forma estratégica em cinco subprojetos, sendo caracterizados pelo conjunto de ações que abordam desde as atividades que antecedem o início das intervenções físicas, até o final da implementação dos projetos, com vistas à regularização fundiária, sendo eles:

i. Mobilização, Participação e Organização comunitária;
ii. Apoio às Obras, Execução dos Reassentamentos e da Regularização Fundiária;
iii. Educação Sanitária Ambiental e Patrimonial;
iv. Geração de Emprego e Renda e Ações de Inclusão Social;
v. Acompanhamento Social do Empreendimento e Avaliação de Pós- Obras.

5. Subprojetos do Trabalho Social

Especificamente para esse contrato, o Plano de Trabalho Técnico Social foi estruturado em subprojetos, objetivando organizar a atuação com as famílias e seus territórios, sendo eles:

5.1. **Mobilização, Participação e Organização Comunitária:** Nesta etapa, foram realizadas reuniões técnicas para o planejamento das ações; organização e readequação de instrumentais; mapeamento de lideranças e de recursos da comunidade; implantação, divulgação e manutenção do plantão social; estabelecimento de parcerias; atualização cadastral dos domicílios em frente de obras; apresentação das diretrizes básicas de deslocamento involuntário e reassentamento das famílias junto às lideranças e comissão de representantes; além de ações de fortalecimento da instância de gestão participativa.

[1] Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

5.1.1. *Participação dos moradores*: Foram realizadas atividades para promoção do fortalecimento comunitário a partir da formação de grupos e organizações locais, fóruns de instância de gestão participativa, comissões de acompanhamento de obras, constituição, eleição e acompanhamento de grupos gestores das obras, articulação de redes sociais, além de atividades, eventos lúdicos e temáticos realizados periodicamente, com temas relacionados ao Projeto de Urbanização e Inclusão Social da população atendida e do seu entorno.

5.1.2. *Apoio à Organização Comunitária*: Foram realizadas reuniões mensais com a instância de gestão participativa, por meio da comissão de representantes para o acompanhamento das obras; em concomitante a realização de ações voltadas à capacitação da Comissão de Representantes, e de forma contínua foi realizado mapeamento de novas lideranças. Com parte integrante dessas ações, sempre que necessário foram realizadas visitas com o objetivo de estabelecer vínculos com as entidades e organizações sociais localizadas nos territórios.

5.1.3. *Eventos Lúdicos e Temáticos de Integração da Comunidade*: a Contratada realizou Oficina de Resgate Histórico nas áreas de intervenção, onde foram reunidos os moradores mais antigos do local. Essas famílias puderam contar a história da ocupação do território, ilustrados por fotografias, além de verbalizar particularidades que vivenciaram ao longo do tempo. Outro evento realizado foi o comemorativo ao Mês da Mulher, com o foco em propiciar o empoderamento da mulher na sociedade com vistas no destaque dentro do território. Para realização desse evento, a contratada realizou parcerias com Secretarias Municipais do município que desenvolveram atividades de esclarecimentos dos direitos das mulheres, além de realizar atividades diversas para o resgate da autoestima feminina por meio de oficinas de beleza, de danças, da construção do "Lar Ideal", entre outros.

5.2. **Apoio às Obras, Execução dos Reassentamentos e da Regularização Fundiária:** Nessa etapa, foram realizadas atividades com as famílias com

nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

periodicidade contínua até o final das intervenções, sempre voltadas à orientação, organização e encaminhamentos necessários. Faz parte deste subprojeto, a realização das reuniões com a população para apresentação do plano de obras e do cronograma das ações; instrumentalização das famílias na fase obras; o planejamento e acompanhamento das atividades voltadas para ao deslocamento involuntário das famílias, ações voltadas à convivência com obras junto às famílias que permaneceram nas áreas; o acompanhamento das famílias no Programa Renda-Abrigo[2]; estudos de casos e análise de demandas especiais, incluindo idosos e de pessoas com deficiência; instalação, divulgação e atendimento individualizado por meio de Plantões Sociais; reuniões preparatórias (anterior à mudança) junto às famílias que receberam o atendimento habitacional definitivo, com conjunto de temas: estruturação do grupo de vizinhança, escolha das unidades habitacionais, escolha de nomes de ruas implantadas pela intervenção, eleição do corpo diretivo condominial provisório, reunião com as concessionárias de água e esgoto, energia elétrica e de gás encanado, esclarecimentos básicos sobre regularização fundiária, divulgação e capacitação de regras de convivência, manutenção das áreas comuns e reuniões preparatórias para viabilizar a mudança e posterior ocupação das famílias nas unidades habitacionais, além de acompanhamento em todo o processo de mudanças. A contratada também realizou ações de apoio ao monitoramento das áreas em fase de obras.

5.2.1. Durante a execução dos trabalhos, a contratada realizou sistematicamente ações voltadas à manutenção do vínculo com as famílias que aguardam no Programa Renda-Abrigo a solução habitacional definitiva.

5.3. **Educação Sanitária e Ambiental:** Consistiu na realização de ações educativas nas dimensões ambiental, sanitária e patrimonial, com o objetivo de provocar na comunidade assistida a mudança de comportamento em relação ao meio ambiente e ao patrimônio, mediante o estímulo da percepção crítica sobre situações que implicam na qualidade de vida das famílias, visando reforçar o sentido de pertencimento e de corresponsabilidade da população para a

[2] Lei municipal nº 5617, de 30 de novembro de 2006, de 30 de novembro de 2006, institui o Programa Renda-Abrigo para possibilitar, em caráter emergencial e transitório, habitação a moradores de baixa renda do município, mediante a concessão de benefício pecuniário para locação de imóvel residencial, e dá outras providências.

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

sustentabilidade ambiental e social da intervenção. As principais atividades realizadas pela contratada foram: o apoio técnico as demandas da comunidade e instituições locais; a promoção de oficinas com conteúdo específico sobre descarte de lixo, temas voltados a crianças com destaque para o uso e conservação dos espaços comuns dos condomínios, oficinas de jardinagem e arborização com plantio de mudas pelos moradores e mutirão de limpeza nas áreas condominiais.

5.4. **Geração de Emprego e Renda e Ações de Inclusão Social:** Esse grupo de ações foram realizadas visando o desenvolvimento socioeconômico das famílias, com vistas à inclusão produtiva e melhoria de sua qualidade de vida. Foram realizadas atividades de fomento à participação e de incentivo à qualificação profissional das famílias para o mercado de trabalho, além de articulação de parcerias com diferentes instituições de formação profissional e de inclusão social. Também foram desenvolvidas de ações em parcerias com Secretarias, instituições e organizações sociais para realização de capacitações com temáticas específicas às famílias beneficiadas com unidades comerciais que foram implantadas com os recursos do projeto, além do estímulo à formação e fortalecimento de cooperativas, associações, grupos produtivos, entre outros.

5.5. **Acompanhamento Social do Empreendimento e Avaliação de Pós-Obras:** Foram realizadas ações com foco no desenvolvimento de conteúdo exclusivo para fomentar na população o sentimento de pertença junto as melhorias implantadas durante o processo de urbanização e implantação de provisão habitacional, visando a consolidação das formas de organização comunitária e autônoma dos moradores direta ou indiretamente beneficiados pela criação de novos espaços fechados (condomínios de apartamentos), quanto de espaços públicos, tais como parques, equipamentos de saúde, educação, socioassistenciais, entre outros. Essa fase se subdivide em três momentos interdependentes, sendo:

5.5.1. Pré-Ocupação: caracterizado pelo conjunto de ações implementadas anterior à mudança das famílias para as unidades habitacionais definitivas, todas realizadas por meio de reuniões e oficinas;

5.5.2. Pós-ocupação ou Pós-intervenção, apresentado em ações que iniciam imediatamente após a mudança das famílias às unidades habitacionais

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

definitivas (em casos de produção habitacional), e após a conclusão das intervenções de físicas de urbanização, sendo realizadas com todas as famílias que foram beneficiadas com a infraestrutura implantada. O período mínimo de atuação da contratada foi de 06 (seis) meses, realizando, durante todo o processo, ações por meio de reuniões e oficinas;

5.5.3. Avaliação de Pós-ocupação, que consiste no conjunto de atividades com objetivo de construir material em forma de pesquisa, onde os resultados apresentem o grau de satisfação da população beneficiada com as melhorias implantadas.

5.5.3.1. A contratada elaborou a Avaliação de Pós-ocupação, que é atividade obrigatória nos casos de repasse/financiamento que contam com recursos federais (BRASIL, 2014, p.27). A pesquisa contou com a alocação de consultor especializado em Pesquisas de Avaliação de Políticas Públicas e Habitação e teve seu objetivo específico prover junto à população diretamente beneficiada a avaliação dos resultados, dos impactos sociais e econômicos nas famílias moradoras na área de intervenção e identificar as motivações e as formas de acesso ao programa, tendo como orientadoras as questões voltadas à Moradia e Inserção Urbana, Inclusão Social e Satisfação do Morador. Para esse resultado, foram consideradas todas as atividades inerentes a construção da Avaliação, que vão desde a realização de reuniões iniciais para definir o escopo das ações, passando pela definição da metodologia da pesquisa, aplicação da pesquisa por meio de equipe especializada de Pesquisadores e Técnicos Sociais, além da utilização de dispositivos móveis de informática e aplicação de oficinas temáticas junto às famílias beneficiadas, contando também com a apresentação do Relatório de Avaliação Pós-ocupação com Impactos Sociais do Conjunto Habitacional Três Marias.

6. Gestão Condominial

Dentro dessa etapa, além do fortalecimento comunitário, é realizado um trabalho específico com as famílias que foram atendidas com unidades habitacionais definitivas e

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

verticalizadas, por meio de ações denominadas de Gestão Condominial. Atividades são desenvolvidas para capacitar os novos moradores a realizarem de maneira autônoma a gestão total dos empreendimentos, através da formalização dos condomínios, que contam com as seguintes ações:

6.1. Levantamento de informações para viabilizar a previsão orçamentária do condomínio;

6.2. Assessoria nas reuniões que antecedem a ocupação, apresentando aos futuros moradores os aspectos de: manutenção preventiva e corretiva e seus custos, legislação pertinente sobre condomínio como o Código Civil, esclarecimentos de obrigações do síndico e conselho fiscal também relacionadas ao Código Civil, eleição de síndico e conselho fiscal;

6.3. Curso de capacitação em gestão e administração de condomínios, realizado através de contratação de entidade educacional;

6.4. Convocação dos beneficiários e realização de assembleia de implantação do condomínio;

6.5. Reuniões periódicas com síndico e conselho fiscal;

6.6. Apoio ao condomínio nas discussões com condôminos para elaboração do regulamento interno e convenção condominial;

6.7. Assessoramento acerta da garantia de obras;

6.8. Orientações sobre a manutenção e atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;

6.9. Participação em assembleias ordinárias e extraordinárias;

6.10. Disponibilização de canais de comunicação com o síndico e conselho fiscal em questões administrativas e financeiras do condomínio;

6.11. Reuniões mensais com o síndico e conselho fiscal para tratar de assuntos relativos à gestão condominial.

7. Monitoramento e Avaliação

Foram realizadas ações destinadas a coletar, registrar e analisar informações sobre a execução dos programas coordenados pela SEHAB, que permitam acompanhar os seus progressos, assim como colaborar para a avaliação dos impactos, conforme as diretrizes definidas pela própria Secretaria.

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63

8. Detalhamento da Equipe Técnica

Para a execução dos trabalhos, foi mobilizada uma equipe técnica multidisciplinar composta pelos profissionais de várias formações acadêmicas:

Profissional	Categoria	Formação	Registro Profissional	Funções Desempenhadas
Oscar de Melo Innecco	Coordenador Geral	Engenheiro Civil	CREA nº 5062008057	Coordenação Geral
Angela Maria da Silva Estevan	Coordenador	Assistente Social	CRESS nº 35.132	Coordenação Setorial em Trabalho Social
Fernando Sena Felisbino	Coordenador	Contador	CRC nº 1SP322084	Coordenação Setorial em Trabalho Social / Gestão Condominial / Planejamento
Rosana Piccirilli de Araujo	Consultora Especializada	Assistente Social	CRESS nº 17.088	Consultoria em Trabalho Social

Informamos que os serviços executados obedecem às Normas Técnicas, e a contento, dentro dos prazos estipulados em contrato com suficiência de mão de obra, materiais e equipamentos.

Esta Certidão tem prazo de validade indeterminado.-

Nada mais certifica.-.

São Bernardo do Campo, em 18 de dezembro de 2018.-

JOSÉ LUIZ BARBOSA DE BARROS
Diretor do Departamento de Licitações e Materiais

Clicksign cc6e19e3-34a0-4962-83dc-2b98e5cbff63